

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No segmento de produtos estruturados, a VAM encerrou 2018 com volume administrado de R\$ 21,3 bilhões e ocupou a 3ª posição no Ranking de Gestores de FI, e a 4ª posição no Ranking de Gestores de FIP elaborados pela ANBIMA.

Ao longo de 2018 a VAM deu continuidade ao seu processo de parceria com o Banco do Brasil, em conjunto com a BB DTVM, no desenvolvimento, administração, gestão e distribuição de fundos de investimento inovadores e customizados. Essa gama de fundos abrange Fundos Imobiliários (FIs), de Diretores Creditórios (FIDCs), de Investimentos em Participações (FIPs) e Crédito Privado. No encerramento de Dezembro 2018, o volume total dos fundos relativos a essa parceria somava R\$ 3,6 bilhões.

Com relação ao segmento de Private Bank, em Dezembro 2018 a VWM&S alcançou o volume total de ativos de R\$ 24,7 bilhões, dando continuidade à missão de ser um Private de soluções com foco na gestão patrimonial. Em 2018 a VAM ganhou importantes reconhecimentos por seus fundos e trabalho de gestão. O "Fundo de Previdência Multimercado Balanceado 15" foi premiado como o melhor da categoria pela Valor Investe,

estudo feito em parceria com a Fundação Getúlio Vargas. No "Guia Exame - Onde Investir 2019", dois fundos multimercados e três de renda fixa constaram cinco estrelas no ranking, além da asset ter ficado na terceira posição na categoria Melhor Gestor Especialista de Fundos de Renda Fixa. Conforme comunicado ao mercado, o Banco Votorantim S.A., controlador da VAM, aprovou a incorporação da Votorantim Corretora de Valores Mobiliários Ltda. em reunião realizada dia 31 de janeiro de 2018. Essa operação está alinhada ao plano estratégico de rentabilizar os negócios novos e atuais da VAM, e fortalecer o atendimento no canal de Private Bank.

A administração da VWM&S agradece aos quotistas, clientes, parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2019

A Diretoria

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Nota	31.12.2018	31.12.2017	2º Semestre/ 2018	Exercício/ 2018	Exercício/ 2017
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA					
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	13.738	26.022	13.738	26.022	7.029
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA					
Despesas não operacionais	(4)	(11)	(4)	(11)	—
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA					
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS					
Receitas de prestação de serviços	87.800	174.168	87.800	174.168	139.922
Rendas de tarifas bancárias	550	1.100	550	1.100	—
Despesas de pessoal	(46.747)	(93.629)	(46.747)	(93.629)	(59.563)
Outras despesas administrativas	(16.524)	(28.750)	(16.524)	(28.750)	(19.356)
Despesas tributárias	(7.571)	(14.692)	(7.571)	(14.692)	(10.753)
Outras receitas operacionais	463	698	463	698	537
Outras despesas operacionais	(4.684)	(6.460)	(4.684)	(6.460)	(713)
RESULTADO OPERACIONAL					
RESULTADO NÃO OPERACIONAL					
Receitas não operacionais	(1.807)	(1.705)	(1.807)	(1.705)	45
Despesas não operacionais	—	—	—	—	(10)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES					
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS LUCROS E RESULTADOS					
LUCRO LÍQUIDO					
	13.114	24.336	13.114	24.336	18.592
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO					
	(17.500)	(17.500)	(17.500)	(17.500)	—
LUCRO POR QUOTA					
Lucro por lote de mil quotas - R\$	1,07	1,98	1,07	1,98	3,26
Quantidade de quotas (lote de mil)	18a	12.277.389	12.277.389	5.701.076	—

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	2º Semestre/ 2018	Exercício/ 2018	Exercício/ 2017
Fluxos de Caixa Provenientes das operações			
Lucro antes dos Tributos e Participações	25.214	56.741	57.198
Ajustes ao Lucro antes dos Tributos e Participações	5.268	12.263	(725)
Depreciações e amortizações	568	1.524	1.059
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	1.807	1.807	(43)
Provisão/Reversão para desvalorização de outros valores e bens	—	—	(12)
Despesas (Reversão) com provisões civis, trabalhistas e fiscais (1)	2.893	8.932	(1.729)
Outras receitas e despesas operacionais	30.482	69.004	56.473
Lucro Ajustado antes dos Tributos e Participações	30.879	62.177	(61.357)
Variações Patrimoniais			
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	80.897	189.042	(64.336)
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	3.609	20.077	—
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos (1)	16.827	52.522	(9.859)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(1.663)	(1.569)	438
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.138)	(14.820)	(14.867)
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto	(83)	(296)	—
(Redução) Aumento em outras obrigações	114.430	(20.779)	27.267
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	237.361	293.181	(4.884)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento			
(Aquisição/aumento líquido) de títulos disponíveis para venda	(494)	(16.130)	—
(Aquisição/aumento) de investimentos	(620)	(620)	(135)
(Aquisição) de imobilizado de uso	(3)	(3)	(1.063)
(Aquisição/atuação) de intangíveis	(3)	(3)	(875)
Alienação/redução líquida de títulos disponíveis para venda	—	—	6.657
Alienação de imobilizado de uso	2.193	2.193	59
Alienação/redução de investimentos	4	4	—
Alienação/baixa de intangíveis	—	—	—
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	1.077	(14.559)	5.056
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento			
Redução de Capital	(125.000)	(125.000)	—
Dividendos/Juros sobre o capital próprio pagos	(105.664)	(110.471)	—
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(230.664)	(235.471)	—
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	7.774	43.151	172
Inicio do período	36.260	883	711
Fin do período (1)	44.034	44.034	811
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa (1)	7.774	43.151	172

(1) O acervo patrimonial da Votorantim CTVM existente em 31 de dezembro de 2017 e incorporado em 31 de janeiro de 2018, foi desconsiderado nesta Demonstração dos Fluxos de Caixa, por não envolver caixa e equivalentes de caixa.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% foram reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota, de forma que os respectivos saldos existentes em 31 de dezembro de 2018 já refletiam a alíquota de 15% aplicável a partir de 01 de janeiro de 2019, conforme Lei nº 13.169/2015.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 22).

j) CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Fin do período (1) 5 44.034 44.034 811

Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa (1) 7.774 43.151 172

(1) O acervo patrimonial da Votorantim CTVM existente em 31 de dezembro de 2017 e incorporado em 31 de janeiro de 2018, foi desconsiderado nesta Demonstração dos Fluxos de Caixa, por não envolver caixa e equivalentes de caixa.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% foram reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota, de forma que os respectivos saldos existentes em 31 de dezembro de 2018 já refletiam a alíquota de 15% aplicável a partir de 01 de janeiro de 2019, conforme Lei nº 13.169/2015.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 22).

j) CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Fin do período (1) 5 44.034 44.034 811

Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa (1) 7.774 43.151 172

(1) O acervo patrimonial da Votorantim CTVM existente em 31 de dezembro de 2017 e incorporado em 31 de janeiro de 2018, foi desconsiderado nesta Demonstração dos Fluxos de Caixa, por não envolver caixa e equivalentes de caixa.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% foram reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota, de forma que os respectivos saldos existentes em 31 de dezembro de 2018 já refletiam a alíquota de 15% aplicável a partir de 01 de janeiro de 2019, conforme Lei nº 13.169/2015.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 22).

j) CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Fin do período (1) 5 44.034 44.034 811

Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa (1) 7.774 43.151 172

(1) O acervo patrimonial da Votorantim CTVM existente em 31 de dezembro de 2017 e incorporado em 31 de janeiro de 2018, foi desconsiderado nesta Demonstração dos Fluxos de Caixa, por não envolver caixa e equivalentes de caixa.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% foram reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota, de forma que os respectivos saldos existentes em 31 de dezembro de 2018 já refletiam a alíquota de 15% aplicável a partir de 01 de janeiro de 2019, conforme Lei nº 13.169/2015.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 22).

j) CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Fin do período (1) 5 44.034 44.034 811

Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa (1) 7.774 43.151 172

(1) O acervo patrimonial da Votorantim CTVM existente em 31 de dezembro de 2017 e incorporado em 31 de janeiro de 2018, foi desconsiderado nesta Demonstração dos Fluxos de Caixa, por não envolver caixa e equivalentes de caixa.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% foram reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota, de forma que os respectivos saldos existentes em 31 de dezembro de 2018 já refletiam a alíquota de 15% aplicável a partir de 01 de janeiro de 2019, conforme Lei nº 13.169/2015.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 22).

j) CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Fin do período (1) 5 44.034 44.034 811

Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa (1) 7.774 43.151 172

(1) O acervo patrimonial da Votorantim CTVM existente em 31 de dezembro de 2017 e incorporado em 31 de janeiro de 2018, foi desconsiderado nesta Demonstração dos Fluxos de Caixa, por não envolver caixa e equivalentes de caixa.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% foram reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota, de forma que os respectivos saldos existentes em 31 de dezembro de 2018 já refletiam a alíquota de 15% aplicável a partir de 01 de janeiro de 2019, conforme Lei nº 13.169/2015.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 22).

j) CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Fin do período (1) 5 44.034 44.034 811

Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa (1) 7.774 43.151 172

(1) O acervo patrimonial da Votorantim CTVM existente em 31 de dezembro de 2017 e incorporado em 31 de janeiro de 2018, foi desconsiderado nesta Demonstração dos Fluxos de Caixa, por não envolver caixa e equivalentes de caixa.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% foram reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota, de forma que os respectivos saldos existentes em 31 de dezembro de 2018 já refletiam a alíquota de 15% aplicável a partir de 01 de janeiro de 2019, conforme Lei nº 13.169/2015.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 22).

j) CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Fin do período (1) 5 44.034 44.034 811

Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa (1) 7.774 43.151 172

(1) O acervo patrimonial da Votorantim CTVM existente em 31 de dezembro de 2017 e incorporado em 31 de janeiro de 2018, foi desconsiderado nesta Demonstração dos Fluxos de Caixa, por não envolver caixa e equivalentes de caixa.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% foram reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota, de forma que os respectivos saldos existentes em 31 de dezembro de 2018 já refletiam a alíquota de 15% aplicável a partir de 01 de janeiro de 2019, conforme Lei nº 13.169/2015.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 22).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

10. OUTROS VALORES E BENS

	31.12.2018	31.12.2017
Despesas Antecipadas		
Despesas de processamento de dados	1	3
Despesas de serviços técnicos especializados	-	67
Despesas de seguros	114	26
Outras	-	16
Total	115	112
Ativo circulante	115	112

11. INVESTIMENTOS

	31.12.2018	31.12.2017
Investimentos por incentivos fiscais	4.858	3.567
Outros	1.753	1.752
Total	6.611	5.319
(Imparidade acumulada)	(4.975)	(2.782)

12. IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2017	Exercício/2018	31.12.2018
Saldo contábil	321	14	(79)
Movimentações	(1)	(79)	1.869
Depreciação acumulada	-	-	(1.613)
Valor de custo	320	35	256
Depreciação acumulada	-	-	(1.613)
Saldo contábil	320	35	256

13. INTANGÍVEL

a) Movimentação e composição

	31.12.2017	Exercício/2018	31.12.2018
Saldo contábil	1.017	510	(915)
Amortização	145	(145)	1.096
Valor de custo	1.162	510	(1.060)
Depreciação acumulada	-	-	(4.853)
Saldo contábil	1.162	510	(1.060)

b) Estimativa de amortização

	2019	2020	Total
Valores a amortizar	395	217	612

14. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	31.12.2018	31.12.2017
Carteira de terceiros	113	113
Debêntures - Ligadas	113	-
Total	113	-

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	31.12.2018	31.12.2017
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	14.163	18.704
Impostos e contribuições a recolher	4.557	3.397
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	5.746	-
Total	24.466	22.101
Passivo circulante	17.446	21.038
Passivo não circulante	7.020	1.063

b) Diversas

	31.12.2018	31.12.2017
Pagamentos a efetuar	58.466	54.587
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 22d1)	20.923	10.622
Provisões para demandas fiscais (Nota 22d1)	1.367	549
Provisão para demandas cíveis (Nota 22d1)	155	-
Valores a pagar sociedades ligadas	130.263	2.118
Cretores diversos - No País	1.450	44.427
Provisões para reestruturações	4.552	1.491
Total	217.176	113.794
Passivo circulante	195.591	85.910
Passivo não circulante	21.585	27.884

(1) Inclui provisões para honorários fiscais, provisões para remuneração variável e provisões para pagamentos. (2) Inclui obrigações legais. (3) Inclui valores a pagar aos agentes custodiantes.

16. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Administração de fundos	71.317	149.213	127.037
Comissões sobre colocação de títulos	6.190	6.932	10.636
Serviços de custódia	8.131	13.738	837
Corretagens de operações em bolsas	1.466	3.049	-
Outros serviços	696	1.236	1.462
Total	87.800	174.168	139.972

b) Despesas de pessoal

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Proventos	(30.649)	(50.377)	(34.244)
Encargos sociais	(6.625)	(21.186)	(16.632)
Benefícios	(4.315)	(7.746)	(6.164)
Demandas trabalhistas	(3.375)	(6.688)	(545)
Honorários e Pró-labore	(1.399)	(2.429)	(1.807)
Trainamentos	(384)	(543)	(171)
Total	(46.747)	(93.629)	(59.563)

c) Outras despesas administrativas

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Água, energia e gás	(222)	(519)	(382)
Aluguéis	(1.781)	(3.777)	(2.724)
Comunicações	(366)	(724)	(265)
Manutenção e conservação de bens	(505)	(1.074)	(891)
Material	(165)	(266)	(120)
Processamento de dados	(8.101)	(11.223)	(4.166)
Promoções e relações públicas	(210)	(547)	(460)
Publicações, propaganda e publicidade	(59)	(366)	(137)
Serviços do sistema financeiro	(365)	(825)	(1.780)
Serviços de terceiros	(85)	(147)	(9)
Serviços de vigilância e segurança	(74)	(161)	(89)
Serviços técnicos especializados	(2.260)	(4.530)	(4.709)
Transportes	(264)	(514)	(607)
Viagens	(371)	(632)	(395)
Seguros	(125)	(223)	(97)
Emolumentos judiciais e cartorários	(58)	(104)	(96)
Depreciação	(242)	(464)	(371)
Amortização	(326)	(1.060)	(658)
Outros	(975)	(1.594)	(1.370)
Total	(16.524)	(28.750)	(19.356)

d) Outras receitas operacionais

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Variação monetária ativa	2	2	3
Atualização de depósitos em garantia	213	434	53
Atualização de remuneração variável (ações virtuais)	-	-	214
Reversão de provisões administrativas	248	262	267
Total	463	698	537

(1) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. (2) Referem-se, basicamente, a provisão de devolução de taxa de administração. (3) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

17. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Receitas não operacionais	-	102	55
Reversão de provisão para desvalorização de valores e bens	-	-	12
Reversão de provisão para perdas com incentivos fiscais	-	-	43
Outras	-	102	-
Despesas não operacionais	(1.807)	(1.807)	(10)
Perdas de investimentos por incentivos fiscais	(1.807)	(1.807)	-
Perdas de outros investimentos	-	-	(10)
Total	(1.807)	(1.705)	45

(1) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
O Capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 122.774 (R\$ 57.011 em 31 de dezembro de 2017) está representado por 12.277.389.215 quotas (5.701.075.650 quotas em 31 de dezembro de 2017).
Conforme Instrumento Particular de Alteração e Consolidação do Contrato Social da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Outras Avenças realizado em 28 de abril de 2017, os sócios aprovaram o aumento do Capital Social mediante a incorporação da Reserva Especial de Lucros no valor de R\$ 6.127, com a emissão de 612.668.259 novas quotas realizada de maneira a manter suas respectivas participações no Capital Social da Sociedade. A alteração de capital foi aprovada pelo Banco Central do Brasil por despacho em 14 de junho de 2017.
Conforme Instrumento Particular de Alteração e Consolidação do Contrato Social da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Outras Avenças realizado em 31 de janeiro de 2018, os sócios aprovaram o aumento do Capital Social no valor de R\$ 190.763, com a emissão de 19.076.313.565 novas quotas de valor unitário de R\$ 0,01.
Conforme Instrumento Particular de Alteração e Consolidação do Contrato Social da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Outras Avenças realizado em 28 de dezembro de 2018, os sócios aprovaram a redução do Capital Social mediante o cancelamento de 12.500.000.000 quotas, proporcionalmente à participação detida pelos sócios no capital social, no valor de R\$ 125.000. A alteração de capital está pendente de aprovação do Banco Central do Brasil.

b) Reserva de Lucros
Reserva legal
A lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à Reserva Legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para "Reserva Estatutária para Expansão", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para pagamento de dividendos.
Juros sobre o capital próprio/Dividendos
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do Lucro do exercício, deduzido da Reserva Legal.
A Administração propõe a distribuição sobre o Lucro do período através de Juros sobre o Capital Próprio em conformidade com as Leis nºs 9.249/1995 e nº 12.973/2014 e com o Estatuto Social da Sociedade, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio. Em 31 de outubro de 2018, os sócios aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 14.000, pagos integralmente em 13 de dezembro de 2018 através da reserva estatutária para expansão. Em 13 de dezembro de 2018, os sócios aprovaram o pagamento de dividendos antecipados no valor de R\$ 91.664, pagos integralmente em 14 de dezembro de 2018 através da reserva estatutária para expansão. Em 31 de dezembro de 2018, os sócios aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio adicionais no valor de R\$ 3.500.

	Exercício/2018	Exercício/2017
Lucro líquido do período	24.336	18.592
Destinação para reserva legal	(1.274)	(930)
Base de cálculo	23.062	17.662
Dividendos mínimos obrigatórios	-	4.416
Juros sobre o Capital Próprio mínimos obrigatórios	6.051	-
Juros sobre o Capital Próprio adicional	11.449	-
Valor proposto	17.500	4.416
% sobre a base de cálculo	75%	25%

Remuneração aos acionistas

	Exercício/2018	Exercício/2017
Valor	105.664	8.611
Valor por lote (R\$ mil)	105.664	8,61
Valor por lote (R\$ mil)	105.664	8,61
Dividendos	91.664	7,47
Juros sobre o Capital Próprio	14.000	1,14
Remunerações a pagar	3.500	0,29
Dividendos	-	4.416
Juros sobre o Capital Próprio a pagar	3.500	0,29
Remuneração referente a exercícios anteriores	91.664	7,47
Remuneração referente ao exercício vigente	109.164	8,416
Total de remuneração aos acionistas	208.828	16,886

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi registrado em conta com Despesa Financeira, e, para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

19. TRIBUTOS

a) Demonstração da despesa de IR e CSLL

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Valores correntes	(10.425)	(13.919)	(18.609)
IR e CSLL no País - Corrente	(10.658)	(14.152)	(18.609)
IR e CSLL no País - Exercícios anteriores	233	233	96
Valores diferidos	6.968	(4.846)	(6.225)
Ativo fiscal diferido	6.968	(4.846)	(6.225)
Prejuízos fiscais/Bases negativas de CSLL	(166)	-	-
Diferenças temporárias	7.134	(4.846)	(6.225)
Total	(3.457)	(18.765)	(24.834)

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Resultado antes dos tributos e participações	25.214	56.741	57.198
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20% até dezembro/2018 e 15% a partir de janeiro/2019)	(11.345)	(25.531)	(25.738)
Encargos sobre JCP	7.875	7.875	6.196
Participação de empregados no lucro	3.809	1.133	15.103
Outros tributos	(3.876)	(7.246)	(5.292)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(3.457)	(18.765)	(24.834)

c) Despesas tributárias

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
COFINS	(3.977)	(7.844)	(5.826)
ISSQN	(2.244)	(4.358)	(3.399)
PIS	(646)	(1.275)	(947)
Outras	(704)	(1.215)	(591)
Total	(7.571)	(14.692)	(10.753)

d) Ativo fiscal diferido (Crédito tributário - Ativo)

	31.12.2017	Exercício/2018	31.12.2018
Saldo	28.489	20.529	(15.798)
Movimentação do Período	-	20.529	(15.798)
Constituição	-	166	(166)
Baixa	-	20.695	(15.964)
Saldo	28.489	20.695	(15.964)

Diferenças temporárias
Provisões Passivas (1)
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL
Total dos créditos tributários ativados

Em 2019, em 31 de dezembro de 2018, observou-se a realização de créditos tributários na Votorantim Asset no montante de R\$ 18.700 (R\$ 18.819 em 31 de dezembro de 2017), correspondente a 84% (96% em 31 de dezembro de 2017) da respectiva projeção de utilização para o período de 2018, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2017.

(1) Considera a parcela dos créditos tributários que foram constituídos no 1º semestre de 2018 em decorrência da incorporação da Votorantim CTVM, ocorrida em 31/01/2018, cujo montante corresponde a R\$ 9.575.
(2) Para a parcela dos créditos tributários com previsão de realização até 2018, aplica-se para a CSLL, a alíquota de 20%. Para a parcela que tem sua realização após 2018, aplica-se a alíquota de 15%.

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2018.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2019	18.582	17.877
Em 2020	7.686	7.083
Em 2021	3.778	3.321
Em 2022	1.625	1.368
Em 2023	1.144	909
A partir de 2024	395	241
Total de créditos tributários	33.220	30.799

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, observou-se a realização de créditos tributários na Votorantim Asset no montante de R\$ 18.700 (R\$ 18.819 em 31 de dezembro de 2017), correspondente a 84% (96% em 31 de dezembro de 2017) da respectiva projeção de utilização para o período de 2018, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2017.

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar (1)	Diferenças Intertemporais (2)
Em 2019	0%	56%
Em 2020	0%	23%
Em 2021	0%	11%
Em 2022	0%	5%
Em 2023	0%	3%
A partir de 2024	0%	2%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.
(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

20. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal-Chave da Administração da Sociedade, formado pela Diretoria:

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Honorários e Pró-labore	1.399	2.429	1.807
Gratificações	977	10.412	8.60

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e aos Quotistas da

Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reestruturações societárias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, que descreve a incorporação da Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("CTVM") pela Sociedade, conforme a Reunião de Sócios da CTVM e Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Sociedade realizados em 31 de janeiro de 2018 com base no acervo líquido avaliado ao valor contábil em 31 de dezembro de 2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento

Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-0

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador - CRC 15P245785/O-2